



Artigo

Privatização sem transparência é inaceitável

Um decreto assinado pelo presidente Michel Temer no início de novembro estabelece as regras para a adoção do regime especial de desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federais. Ou seja, permite a venda de ações, subsidiárias e bens de empresas como a Eletrobras, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Petrobras, sem licitação e sem transparência. Na prática ele permite o enfraquecimento dessas empresas e torna ainda mais fácil, em um futuro breve, a privatização já amplamente noticiada.

Do ponto de vista jurídico é inconstitucional, pois a criação de uma sociedade de economia mista é feita por lei, logo seu desmonte também precisa ser. Do ponto de vista moral é inaceitável que o verdadeiro dono do patrimônio público, o povo, seja aliado do processo de venda, sem nenhuma garantia do respeito aos seus interesses.

Pelo que se sabe, a Eletrobras é a empresa que está na mira do governo no momento. Mas é só ela? E qual será a próxima? A edição de um decreto é uma forma obscura de evitar discussões e começar um processo gradual, sem a participação do Congresso Nacional e da sociedade.

Mais que isso, demonstra que esse governo não deixa que seu caráter temporário o intimide a não adotar medidas de consequências permanentes. Preocupante, considerando que já anunciou a intenção de privatizar a Eletrobras e até a Caixa Econômica Federal, o mais popular dos bancos, que

por enquanto não foi alcançada por esse decreto.

Analisando a privatização da Eletrobras, por exemplo, é absurdo abrir mão de um setor estratégico para o desenvolvimento nacional. Nem mesmo os Estados Unidos, possivelmente o país mais liberal do mundo, fizeram isso. É também abrir mão do papel do Estado de garantir que todos tenham acesso a bens essenciais, como a energia. A iniciativa privada quer lucros, é natural. E isso muitas vezes será incompatível com projetos de expansão do sistema para lugares onde é preciso estimular a economia ainda precária.

A conta dessa insensatez, em caso de privatização, certamente virá mais uma vez para a população. Nesse caso diretamente, em forma de aumento na tarifa da energia elétrica.

Nós, do PDT, já entramos com uma ação para suspender a privatização da Eletrobras e queremos um debate mais amplo sobre todo o projeto de transferência de patrimônio público para a iniciativa privada. O que vier a ser feito precisa atender aos interesses de uma política de Estado, que contemple um projeto de desenvolvimento nacional e vise eficiência, transparência respeito ao povo.



Câmara aprova MP dos royalties da mineração

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou a Medida Provisória 789/17, que aumenta alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), uma espécie de royalty pago pelas mineradoras a estados e municípios.

O deputado Weverton usou o tempo de liderança do PDT para defender a aprovação da MP, que beneficia o orçamento de 22 municípios maranhenses. “A Estrada de Ferro Carajás corta várias cidades maranhenses levando riquezas e deixando miséria, mortes e graves casos de saúde pública pelo pó de minério de ferro que adoce crianças e idosos”, destacou o parlamentar.

A Bancada maranhense junto com os prefeitos dos municípios beneficiados estiveram na Câmara para pedir o apoio do presidente Rodrigo Maia para a sanção presidencial.

Aprovado na Comissão de Agricultura projeto que cria a FunBabaçu

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou, com substitutivo, o Projeto de Lei 4337/16, do deputado Weverton, que institui o Fundo Nacional de Apoio à Cultura do Babaçu – Funbabaçu, com a finalidade de desenvolver, financiar e modernizar a cultura da palmeira do babaçu.

“O Fundo é uma medida para que o setor tenha esse apoio do Governo Federal para a cultura do babaçu que carece do apoio para o seu fortalecimento e expansão”, defendeu o parlamentar maranhense.



Plenário aprova PL que ajusta código penal e extingue atenuante a jovem infrator menor de 21 anos

“No passado, quando a maioridade civil era de 21 anos de idade, essa atenuante até apresentava alguma justificativa, mas, hoje, a maioridade civil é idêntica à maioridade penal, ou seja, 18 anos”, destaca o parlamentar em sua justificativa.

O projeto que foi relatado pelo deputado pedetista Subtenente Gonzaga, segue para o Senado Federal. Além disso a Câmara também aprovou projeto que exige bloqueador de sinal de celular em presídios, evitando assim o contato de criminosos presos com seus parceiros fora dos presídios para planejar e comandar ações criminosas.

Projeto de Weverton agrava pena em caso de feminicídio

O deputado federal Weverton Rocha (PDT-MA) defende penas mais duras para quem pratica feminicídio em seu projeto de lei que muda o Código Penal para aumentar a pena de um terço à metade, em casos com agravantes.

O projeto de lei de Weverton Rocha prevê o agravamento da pena em casos de o feminicídio ser praticado contra mulher menor de 14 anos, maior de 60 anos, com deficiência ou portadora de doença degenerativa que a torne mais vulnerável; na presença física ou virtual de ascendente ou descendente da vítima; ou em descumprimento de medida protetiva. “A expectativa é que a pena maior possa coibir a prática do feminicídio. Este tipo de crime hediondo, covarde, não deve acontecer”, disse.



Weverton se reúne com lideranças comunitárias da zona rural de São Luís

O deputado Weverton esteve na comunidade de Calembé, na zona rural da capital maranhense, onde na companhia do presidente da Câmara Municipal de São Luís, Astro de Ogum e de outros representantes políticos do estado, se reuniu com lideranças comunitárias do entorno da cidade, para ouvi-los sobre suas necessidades.

“O Brasil atravessa um momento muito difícil, de crise econômica profunda, em que se vem retirando os direitos dos trabalhadores, acabando com programas sociais importantes e tentando acabar com a aposentadoria e privatizar todas as empresas públicas do país. Estamos atentos ao que está acontecendo em Brasília e nos posicionando em favor do maranhense, do trabalhador e do aposentado”, disse o deputado.



Prefeito Edivaldo e deputado Weverton acompanham obras do programa Asfalto na Rua

Os moradores de São Luís também estão ganhando melhores condições de vida com a qualificação asfáltica que integra o programa Asfalto na Rua. Na manhã desta quinta-feira (30), o deputado Weverton acompanhou as obras do Programa Asfalto na Rua nos bairros de São Bernardo e São Cristóvão, em São Luís do Maranhão. “Com trabalho e competência, conseguimos melhorar a estrutura da cidade, a qualidade de vida das pessoas e realizar sonhos”, destacou Weverton.

“Essa é mais uma demanda histórica que está sendo atendida pela nossa gestão. Há moradores que há mais de quarenta anos aguardam pelo asfaltamento de algumas ruas do bairro”, destacou o prefeito Edivaldo Holanda Júnior sobre os avanços.

Comissão aprova projetos que anulam portaria do Ministério do Trabalho

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público aprovou o PDC 809/17, do deputado Weverton que anulam a Portaria do Ministério do Trabalho, para alterar as regras para caracterização de trabalho análogo à escravidão e para a atualização do cadastro de empregadores envolvidos nessa prática.

“Um exemplo disso é a exigência de que para a comprovação das situações de trabalho análogo de escravo há que se demonstrar, evidências de segurança armada para manter o trabalhador no local. Esta portaria suprime direitos trabalhistas, exorbita das prerrogativas constitucionais do Poder Executivo e afronta o Estado Democrático de Direito”, explica o pedetista.



Weverton faz a entrega de equipamentos agrícolas em Codó

O deputado Weverton entregou ao município de Codó, equipamentos agrícolas e kits de irrigação, adquiridos por meio de emenda individual de sua autoria ao Orçamento da União. A entrega foi feita em um evento realizado pelo prefeito Francisco Nagib, que contou com grande participação popular. “É uma satisfação ser recebido nessa festa cívica. Quero parabenizar o prefeito, jovem e promissor, que está fazendo um grande trabalho. A gente tem orgulho de ter um prefeito jovem do PDT que está fazendo história em Codó”, afirmou Weverton.

Além dos kits de irrigação, foram entregues uma patrulha agrícola mecanizada, que inclui trator e carreta agrícola, grade aradora de controle remoto, bombas d’ água elétricas submersas, caixa d’ água de 500 litros, tanques de resfriamento de leite e um caminhão com carroceria.

Em entrevista a O Imparcial deputado Weverton reforça posicionamento contra a Reforma da Previdência

Algumas pegadinhas



Idade mínima de 65 anos



As viúvas que recebem aposentadoria e pensão serão prejudicadas com as novas regras.



O gatilho demográfico aumentará a idade mínima toda vez que a expectativa de vida crescer.



Trabalhador Rural que não contribuir por pelo menos 15 anos não se aposentará.



O governo quer votar agora uma parte da reforma da Previdência. O senhor acredita que será aprovada?

Não há clima no Congresso para isso, até porque muitos parlamentares da base governista sabem o custo eleitoral de votar uma reforma tão impopular. O risco é que o governo, estrategicamente, está querendo fatiar a reforma. Passar agora só a parte que ele considera principal, que é por a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) e deixar algumas outras partes para projeto de lei, que exige um quórum mais baixo para aprovação. Na prática, o governo do presidente Michel Temer que aprovar a reforma aos poucos e, sem que ninguém perceba, o monstro estará criado.

O que é pior nessa reforma?

Tudo nela está errado. Precisava ser melhor discutida com o Congresso e certamente não poderia acontecer pelas mãos de um governo que não tem legitimidade popular, como o do presidente Temer. A idade mínima de 65 anos, por exemplo, condenará milhões de brasileiros a morrerem sem se aposentar. Imagina isso aplicado em estados com o Maranhão, em que a expectativa média de vida é de 65 anos. Igualar a idade de aposentadoria de mulheres é outro absurdo. Mesmo no Japão, um dos países mais longevos do mundo, essa mudança foi gradual, vem acontecendo há anos e só se consolidará agora em 2017. Sem falar na retirada de direitos dos professores e dos trabalhadores rurais, cujas condições de trabalho extenuantes tornam impensável prolongar o trabalho até os 65 anos.

BAIXE NOSSO APLICATIVO

Deputado Weverton

